

Iphan é contrário à fixação

A fixação definitiva do Acampamento da Telebrasília promete se transformar em batalha jurídica. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é contrário à regularização da área. O coordenador da Comissão Brasília do Iphan, Marco Antônio Galvão, alega que não existem mais pioneiros no local e que o novo assentamento contraria o projeto urbanístico do Plano Piloto.

Apesar da lei aprovada pela Câmara Legislativa permitir a fixação dos moradores, todo o Plano Piloto está sujeito à legislação federal e ao acordo internacional com a Unesco, que regulamenta o seu tombamento como patrimônio cultural da humanidade. O coordenador do Iphan - órgão ligado ao Ministério da Cultura, responsável pela conservação e proteção das áreas tombadas - argumenta ainda que no Acampamento da Telebrasília não existem mais construções da época da fundação de Brasília que justifiquem a sua conservação.

“O único interesse naquela área é político”, alfineta Marco Antônio Galvão. Para os técnicos do Iphan, a

criação de uma área residencial no local vai servir para alimentar a especulação imobiliária. “O Iphan está equivocado”, rebate o vice-presidente da Associação de Moradores do Acampamento da Telebrasília, João Almeida e Silva, que mora no Acampamento desde 1969.

Segundo João Almeida, o Acampamento tem um grande valor histórico. “Somos testemunhas de uma época. A maioria dos moradores nasceu ou veio criança para cá”, justifica. Acrescenta que o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do DF (Depha), é favorável ao projeto.

Se for realmente regularizado, o Acampamento da Telebrasília - atualmente com aproximadamente 2.300 pessoas - será a única área de adensamento populacional da L4, cuja destinação original é abrigar clubes e embaixadas.

Para o deputado Eurípedes Camargo, os argumentos do Iphan não são consistentes. “Não vejo como a regularização vai afetar o projeto urbanístico do Plano Piloto”. (KM)